

hi-

A handwritten signature consisting of a stylized 'P' or 'B' shape, followed by a checkmark-like symbol.

Relatório & Contas

dst solar, s.a.

31 de dezembro de 2018

Índice

A)	RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2.	ATIVIDADE DA ENTIDADE	13
3.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	16
4.	PERSPETIVAS FUTURAS	16
5.	AÇÕES PRÓPRIAS	16
6.	AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	16
7.	SUCURSAIS DA SOCIEDADE	17
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
9.	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	17
10.	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	18
11.	DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
12.	NOTA FINAL	19
B)	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	20
C)	ÓRGÃOS SOCIAIS	21
D)	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	22
	BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	22
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	23
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018	24
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017	25
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	26
	ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	27
E)	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	59
F)	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	61

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2018.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

O crescimento da economia mundial manteve-se sólido durante o ano de 2018, beneficiando da manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e no mercado de trabalho. O dinamismo da economia mundial foi também positivamente influenciado pelos níveis elevados de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas. Depois de uma aceleração da atividade mundial em 2017, o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial manteve-se robusto em 2018, mas a expansão económica revelou-se muito diferenciada entre as economias mundiais. No grupo das economias avançadas, o crescimento homólogo do PIB real diminuiu ligeiramente face à segunda metade de 2017. A atividade desacelerou na Área do Euro, no Reino Unido e no Japão, mas acelerou nos Estados Unidos da América (EUA). Por seu turno, no conjunto das economias dos mercados emergentes, o PIB manteve uma taxa de crescimento elevada. Apesar disso, entre as maiores economias dos mercados emergentes, a evolução económica durante o período de 2018 foi também díspar, registando-se um crescimento forte na China e na Índia e uma desaceleração no Brasil e na Turquia.

O comércio mundial de bens manteve um ritmo de crescimento relativamente forte em 2018. É de salientar o abrandamento das importações das economias avançadas. As tensões comerciais a nível global aumentaram substancialmente em 2018, refletindo as medidas protecionistas anunciadas pelos EUA e as retaliações por parte dos seus parceiros comerciais, pelo que apresentam um risco assinalável para a evolução do comércio internacional e da atividade mundial. A expansão da atividade mundial foi acompanhada por um aumento moderado da inflação total, com desenvolvimentos diferenciados entre as maiores economias. Contudo, a inflação, excluindo as componentes mais voláteis, manteve-se relativamente estável em níveis mais baixos.

Nos EUA o PIB aumentou 3,0%, acima do ritmo de crescimento registado no decurso de 2017 (2,2%). O dinamismo da atividade terá sido suportado pela manutenção de condições monetárias e financeiras favoráveis, pela melhoria continuada da situação no mercado de trabalho e pelo impacto de estímulo orçamental introduzido no final de 2017. O PIB no Reino Unido, o principal parceiro comercial português fora da Área do Euro, aumentou 1,2% em termos homólogos, abaixo do crescimento registado em 2017 (1,5%). As perspetivas para a economia do Reino Unido estão sujeitas a riscos assinaláveis associados à incerteza relativamente às negociações da saída do país da União Europeia (UE), que registaram um progresso limitado. O impacto estimado para os países da Área do Euro é, em geral, moderado e semelhante entre países, com exceção notável da Irlanda. No que se refere à evolução da atividade económica nas economias dos mercados emergentes que têm maior importância como parceiros comerciais portugueses, destaca-se a manutenção de um ritmo de crescimento forte na economia chinesa (6,8%), mas uma desaceleração significativa do PIB no Brasil (1,1% face a 2,0% em 2017) num quadro de elevada incerteza política.

A atividade na Área do Euro registou um abrandamento face ao crescimento forte verificado em 2017, mas manteve um ritmo de crescimento robusto (1,9% em termos homólogos, face a 2,5% em 2017). O crescimento da atividade nos países da Área do Euro apresenta um dos mais baixos níveis de dispersão desde o início desta união monetária. A procura interna continuou a apresentar um crescimento robusto, em particular a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), mas quer as exportações quer as importações desaceleraram. O consumo privado apresentou um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao registado em 2017, continuando a ser suportado por condições financeiras favoráveis e pela melhoria da situação do mercado de trabalho.

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018 ^(e)
PIB:			
EUA	1,5	2,2	3,0
UNIÃO EUROPEIA	2,0	2,4	1,9
ÁREA EURO	1,9	2,4	1,9
JAPÃO	1,0	1,7	0,4

Fonte:
GPEARI Finanças
Leitura: Variação Percentual
(e) - estimativa

O emprego continuou a aumentar ao longo de 2018, situando-se cerca de 2% acima do nível mais alto atingido antes da crise de 2008. A taxa de desemprego na Área do Euro manteve a sua trajetória de redução, atingindo 8,1% no final do ano, o nível mais baixo dos últimos cinco anos. Apesar da redução da taxa de desemprego ser visível na maioria dos países da Área do Euro, esta manteve-se elevada em vários países, situando-se ainda acima de valores registados há dez anos, nalguns casos.

A inflação na Área do Euro aumentou face ao final de 2017 (1,5%). A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) aumentou significativamente ao longo de 2018, situando-se em 1,9% em novembro. Esta evolução esteve associada ao comportamento do preço do petróleo nos mercados internacionais. Também nos EUA a taxa de inflação homóloga subiu para os 2,5%, face a 2,1% no final de 2017.

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018 ^(e)
Inflação:			
EUA	1,3	2,1	2,5
UNIÃO EUROPEIA	0,3	1,7	2,0
ÁREA EURO	0,2	1,5	1,9
JAPÃO	-0,1	0,5	0,9
Taxa de Desemprego:			
EUA	4,9	4,4	3,7
UNIÃO EUROPEIA	8,5	7,6	6,7
ÁREA EURO	10,0	9,1	8,1
JAPÃO	3,1	2,8	2,4
Índice de Produção Industrial:			
EUA	-1,9	1,6	4,1
UNIÃO EUROPEIA	1,7	3,2	0,9
ÁREA EURO	1,7	2,9	0,7
JAPÃO	-0,2	4,5	-0,9

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARl Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

O preço internacional do petróleo apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Nos primeiros nove meses do ano apresentou uma trajetória ascendente iniciada em meados de 2017, tendo atingido cerca de 86 USD/barril. Esta evolução ocorreu num contexto de crescimento continuado da procura e de algumas restrições do lado da oferta, tais como o prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP e outros produtores. A evolução do preço do petróleo foi também condicionada pela incerteza política no Médio Oriente, pela menor oferta resultante de limitações de produção na América Latina e, posteriormente, pelas tensões entre os EUA, o Irão e a China. Contudo, nos últimos meses do ano, o crescimento continuado e significativo da produção nos EUA, o maior nível de existências e a revisão em baixa das perspetivas de crescimento da economia mundial, traduziram-se numa queda do preço do petróleo de mais de 20% durante o mês de outubro, para um nível próximo do observado no início do ano, cerca de 67 USD/barril (aproximadamente 60 EUR/barril).




Matérias-primas	2016	2017 ^(e)	2018 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	45,1	54,8	67,0
Bens Agrícolas (2)	-5,7	-1,0	-1,0
Metais (2)	-5,4	16,1	16,1

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
 (e) - estimativa

Ao longo de 2018, verificou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano, e de depreciação das moedas das economias dos mercados emergentes, com exceção da moeda chinesa. Ao longo de 2018, o euro depreciou-se face ao dólar, refletindo, em parte, o efeito de políticas monetárias divergentes entre a Área do Euro e os EUA. Constata-se também uma desvalorização da libra esterlina face à maioria das moedas internacionais, associada à persistência da incerteza em torno do *Brexit*, cujo acordo de saída do Reino Unido da UE foi aprovado no Conselho Europeu Extraordinário de 25 de novembro de 2018.

Divisas	2016	2017	2018
EUR/USD	1,054	1,199	1,145
EUR/JPY	123,00	135,01	125,85
EUR/GBP	0,856	0,887	0,895
EUR/CHF	1,074	1,170	1,127

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

As taxas de juro de curto prazo estabilizaram para a Área do Euro, enquanto prosseguiram a tendência ascendente para os EUA. Com efeito, em média, e até ao dia 27 de novembro, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em -0,32% e a dos EUA ascendeu a 2,64%. As taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como na área do euro. No final de 2018, em alguns países periféricos (nomeadamente, Itália) assistiu-se a um aumento do diferencial face à taxa de rentabilidade do título de dívida soberana da Alemanha. Assim, no final de dezembro de 2018, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,31%, -0,24% e -0,12%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para valores de 2,8% no final de 2018.

Taxas de Juro Referência	2016	2017	2018
Área do Euro	0,00	0,00	0,00
EUA	0,75	1,25 a 1,50	2,00 a 2,25
Japão	-0,10	-0,10	-0,10
Reino Unido	0,25	0,50	0,75

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período



Taxas de Juro Mercado Monetário	2016	2017	2018
Zona Euro			
Eonia	-0,33	-0,35	-0,36
Euribor 1 mês	-0,37	-0,37	-0,36
Euribor 3 meses	-0,32	-0,33	-0,31
Euribor 6 meses	-0,22	-0,27	-0,24
Euribor 12 meses	-0,08	-0,19	-0,12
EUA			
Libor 3 meses	1,00	1,69	2,81
Japão			
Libor 3 meses	-0,05	-0,02	-0,07

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Durante o ano de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade nos mercados financeiros internacionais, que estiveram associados aos receios de retirada de estímulos monetários pela Reserva Federal, ao anúncio e aplicação de medidas protecionistas pelos EUA e à instabilidade política em alguns países da área do euro. A aversão ao risco continuou a dominar os mercados financeiros, levando à queda dos principais índices bolsistas, de forma mais acentuada para os EUA, afetando sobretudo os títulos do setor tecnológico.

Assim, a 27 de novembro de 2018, o índice *Dow Jones Euro Stoxx* culminou numa diminuição de quase 10% face ao final do ano de 2017. Quanto ao PSI-20, este também se desvalorizou em novembro de 2018, mais acentuadamente do que na Área do Euro, resultando numa perda de 10% em relação ao final do ano de 2017.

Mercados Bolsistas	2016	2017	2018
Dow Jones Euro Stoxx	-9,7	17,2	-6,8
Nikkei 225	-11,7	19,4	8,7
Standard & Poors 500	1,5	17,0	11,2

Fonte: Banco Central Europeu

No mercado obrigacionista, observou-se uma subida das taxas de rendibilidade da dívida pública nos EUA e também no Reino Unido, associada a expectativas de subida das taxas de juro de política monetária num futuro próximo. Na Área do Euro, as taxas de juro de dívida pública apresentaram períodos de volatilidade associados à instabilidade política em Itália e traduziram-se num alargamento do diferencial de rendibilidade da dívida pública de Itália face à dívida alemã, tendo contribuído também para um alargamento do diferencial noutros países da Área do Euro.

No atual ciclo de crescimento da economia mundial, existem fatores de risco que podem afetar as projeções para os próximos anos. Os principais fatores de risco identificados para a atividade decorrem de um enquadramento

internacional menos favorável, com efeitos negativos no comércio mundial. De entre os riscos descendentes para a atividade destaca-se a intensificação das políticas protecionistas e de condições financeiras mais restritivas, bem como a possibilidade de agravamento das tensões geopolíticas e da incerteza política a nível internacional.

A nível europeu, um ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana na Área do Euro pode criar tensões nos mercados financeiros, com impacto negativo nas condições de financiamento. A saída do Reino Unido da União Europeia poderá ter um impacto mais adverso, com consequências para as componentes da procura global. No entanto, estes riscos podem ser parcialmente compensados pela possibilidade de a posição cíclica da economia se revelar mais forte do que o antecipado a nível global, tendo em conta a melhoria continuada da confiança dos agentes económicos.

1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa continuou em expansão em 2018, embora a um ritmo inferior ao observado no ano anterior. Após um crescimento real de 2,8% em 2017, o PIB deverá crescer 2,3% no conjunto de 2018, uma taxa que excede a média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa. Desde o início da recuperação, em 2013, o PIB real cresceu cerca de 11% em termos acumulados, tendo alcançado o nível observado antes da crise financeira internacional. A evolução cíclica da economia portuguesa tem acompanhado a da Área do Euro, refletindo a crescente integração económica, monetária e financeira. Nos últimos anos registou-se um processo gradual de convergência real face à média da Área do Euro, ainda que insuficiente para recuperar as perdas observadas na última fase recessiva.

A economia portuguesa continuou a beneficiar de um enquadramento internacional globalmente benigno, mas menos favorável do que o observado em 2017. O crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas a evolução da atividade apresentou-se mais diferenciada entre as economias. Em particular, na Área do Euro, que concentra a maior parte das exportações portuguesas, a atividade abrandou face ao ano anterior. O comércio mundial e a procura externa dirigida a Portugal desaceleraram. Por seu turno, as condições monetárias e financeiras na Área do Euro e em Portugal, não obstante alguma volatilidade nos mercados financeiros e apreciação do euro, mantiveram-se favoráveis, suportadas pelo amplo grau de acomodação da política monetária do Banco Central Europeu (BCE).

O abrandamento da taxa de crescimento do PIB face ao ano de 2017 (de 2,8% em 2017 para 2,3% em 2018) reflete o menor crescimento das exportações e do investimento. A atual fase expansiva da economia portuguesa tem sido caracterizada por um maior equilíbrio entre o contributo da procura interna e das exportações para o crescimento do PIB face ao observado no passado. O contributo das exportações para o crescimento do PIB reduz-se de 1,5 pp em 2017 para 1,1 p.p. em 2018 e o contributo da procura interna diminui ligeiramente de 1,3 pp em 2017 para 1,2 p.p. em 2018.

Após um crescimento elevado em 2017, a FBCF deverá abrandar em 2018, projetando-se um crescimento de 3,9% (9,2% em 2017). Esta evolução é transversal aos vários tipos de investimento. As exportações desaceleraram em 2018 para 5,0% (7,8% em 2017). Este agregado mantém um dinamismo superior ao da procura externa dirigida à economia portuguesa, o que se traduz em novos ganhos de quota nos mercados externos. O abrandamento das exportações é transversal aos bens e aos serviços, contudo a componente de turismo mantém ainda um dinamismo assinalável.

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,1	2,3	2,4
- Consumo Público	0,6	0,2	0,7
- FBCF	1,6	9,2	3,9
- Exportações	4,1	7,8	5,0
- Importações	4,1	8,1	5,1
- PIBpm	1,5	2,8	2,3
Inflação	0,6	1,6	1,4
Índice de Produção Industrial - IT	2,7	3,9	-1,3
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	1,4	6,3	4,1
Índice PSI 20	-11,9	15,2	8,8
Taxa de Desemprego	11,1	8,9	7,0

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

A situação do mercado de trabalho continuou a melhorar no período de 2018. O ritmo de criação de emprego desacelerou mas continuou a exceder o crescimento da atividade. A taxa de desemprego continuou a sua trajetória descendente, devendo situar-se em 7,0% no conjunto do ano de 2018 (-1,9 p.p. comparativamente a 2017). A diminuição significativa do desemprego contribuiu para um maior crescimento dos salários. Não obstante, num contexto de menores pressões inflacionistas externas, a inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, diminui para 1,4% em 2018, valor inferior em 0,2 p.p. ao de 2017 e inferior aos observados na Área do Euro.

Adicionalmente, a economia portuguesa manteve uma capacidade de financiamento face ao exterior, ainda que inferior à verificada em 2017. A expansão da atividade tem sido também compatível com a redução do endividamento dos agentes privados. No que se refere às administrações públicas, a conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do *stock* da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, deverá continuar a implicar uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB. Neste âmbito, a evidência disponível sobre a execução orçamental sugere que o objetivo fixado para o saldo das administrações públicas em 2018 é exequível, embora não isento de riscos. A consolidação e aprofundamento dos progressos nestas áreas é fundamental para uma correção duradoura dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados, continuando os elevados níveis de endividamento a ser uma das principais vulnerabilidades da economia portuguesa. A posição devedora líquida da economia face ao exterior mantém níveis muito elevados em comparações internacionais e em termos históricos. A dívida pública em rácio do PIB permanece também das mais elevadas da Área do Euro.



A elevada sincronia cíclica entre Portugal e a Área do Euro deverá persistir durante o período de 2018 a 2021, traduzindo progressos ligeiros do processo de convergência do crescimento *per capita* da economia portuguesa. Assim sendo, alguns dos principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos são também os desafios da Área do Euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e maior resiliência a choques desfavoráveis, é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

A economia portuguesa continua ainda a enfrentar constrangimentos específicos ao crescimento no médio e longo prazo. Apesar dos progressos realizados nos últimos anos ao nível do funcionamento dos mercados e da redução do endividamento dos diversos setores da economia, estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do investimento e da produtividade. O processo de redirecionamento dos recursos para setores mais expostos à concorrência internacional, por natureza mais permeáveis à inovação, deverá prosseguir, potenciando efeitos favoráveis à evolução da produtividade total dos fatores. Finalmente, o envelhecimento da população cria limitações ao contributo do fator trabalho para o crescimento, apesar de a evolução dos fluxos migratórios poder vir a compensar esta dinâmica negativa. Neste quadro, a aposta no capital humano afigura-se essencial para promover o crescimento no longo prazo.

1.2.1 O setor das energias renováveis

A Conferência do Clima que ocorreu em 2015 e culminou no denominado Acordo de Paris, válido a partir de 2020, compromete todos os participantes no combate às alterações climáticas. O objetivo de longo prazo do referido acordo é manter o aquecimento global abaixo de 2°C, uma vez que esse é o ponto a partir do qual a comunidade científica considera que o planeta estará sujeito, de modo irreversível, a efeitos potencialmente catastróficos decorrentes das alterações climáticas.

Neste contexto, ficou também definido que o financiamento das medidas necessárias a adotar nos países em desenvolvimento para atingir este objetivo ficará a cargo dos países desenvolvidos, num montante de 100 mil milhões de euros por ano.

Caberá a cada país a definição, de modo voluntário, das suas metas de diminuição de emissão de gases com efeito de estufa, tendo em vista mitigar os efeitos das alterações climáticas.

Ficou assim claro que a descarbonização da economia é um caminho sem retorno, o que confirma a aposta que o grupo dst fez, há já algum tempo, na Economia do Ambiente e, concretamente, no setor das Energias Renováveis.

Agendas como a mobilidade elétrica, as cidades inteligentes e o armazenamento de energia, constituem oportunidades de negócio a que o grupo está atento, no sentido de continuar a ser uma referência no setor.

Por outro lado, empenhado na redução da dependência energética externa, no aumento da eficiência energética e na redução das emissões de CO₂, o Governo definiu linhas estratégicas para o setor da energia, aprovando a Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020), que estima que até 2020 seja reduzida a dependência energética externa em 74%.

Desta forma, as energias renováveis terão um papel fundamental a desempenhar, prevendo-se para o ano de 2020 uma capacidade instalada de 8.500 MW na energia eólica, 8.600 MW na energia hídrica e 1.500 MW na energia solar.

Neste sentido, o setor das energias renováveis assume, cada vez mais, uma posição de relevo em Portugal. No final de 2017, o total de potência instalada renovável atingiu 13.669 MW, tendo sido a produção anual com base em fontes renováveis de 23.852 GWh.

Neste contexto, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos 2014-2020, será um instrumento estruturante no desenvolvimento da atividade no âmbito da produção de energia com base em fontes renováveis, tendo como principal objetivo alcançar uma trajetória de crescimento sustentável, apoiado num modelo de desenvolvimento mais competitivo, de modo a mitigar o consumo de recursos naturais e energéticos, ao mesmo tempo que gera novas oportunidades de emprego e desenvolvimento económico.

A fundamental transição para uma economia de baixo carbono terá que ser necessariamente suportada pelo desenvolvimento da eficiência energética e da produção de energia elétrica com base em fontes renováveis, temas suportados no Programa Operacional acima citado.

Por outro lado, acabou de ser publicado o Plano Nacional de Energia e Clima, com as linhas de atuação para o período de 2021-2030, que indica como objetivo para 2050 a neutralidade carbónica, sendo para isso necessária uma trajetória que conduza a 85-90% de redução de emissões de GEE.

Como metas até 2030 temos o aumento de 32.5% ao nível da eficiência energética, o aumento da penetração de renováveis até 32%, o aumento das interligações elétricas em 15%, e ao nível do clima a diminuição de emissões até 40%, quando comparado com 1990.

A energia solar

A publicação do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, trouxe uma série de alterações ao setor solar fotovoltaico, através da liberalização do mercado, permitindo aos consumidores serem também produtores da sua própria energia.

Assim, tendo em conta o enquadramento legal em vigor e as vantagens associadas à instalação de centrais solares fotovoltaicas, tais como a produção junto ao local de consumo utilizando uma área tradicionalmente sem utilização (coberturas), a modularidade das instalações e a crescente competitividade deste setor comparativamente com o mercado convencional, nomeadamente, durante o dia (a que correspondem os períodos de ponta e de cheia), perspetiva-se que o solar fotovoltaico tenha condições para crescer de forma exponencial no que respeita à potência instalada.

Até outubro de 2018 foram certificados 28 MW de potência solar em UPP e UPAC. Assim, verifica-se que, apesar da inexistência de tarifas bonificadas, o investimento em solar fotovoltaico continua a ser tentável, tendo também em conta a diminuição constante, ao longo do tempo, do preço por kW instalado.

Para 2019 perspetiva-se o aumento da potência solar instalada no setor industrial e comercial, o aumento da potência instalada também no segmento residencial, e ainda o aumento da penetração do armazenamento de energia, especialmente no setor residencial.

Por outro lado, e tendo em vista os objetivos definidos até 2030, foram anunciados leilões de potência, a realizar duas vezes por ano, para atribuição de potência de injeção na rede elétrica de serviço pública.

A energia eólica

Em Portugal, as regiões do Norte e Centro são as que apresentam maior concentração nacional de parques eólicos, devido à maior disponibilidade de recursos. A potência eólica instalada em Portugal a outubro de 2018 situou-se nos 5.374 MW.

A maioria dos aerogeradores atualmente em operação foi instalada no período compreendido entre 2005 e 2012, sendo que esta tecnologia é responsável pela produção de mais de 12 TWh desde 2013.

A evolução deste setor passará pelo sobreequipamento dos parques existentes ou pela instalação de parques eólicos em *offshore*.

A energia hídrica

A energia hídrica é a principal fonte de energia renovável a nível mundial, sendo uma das energias renováveis mais atrativas pela sua maturidade e previsibilidade, bem como pela sua capacidade de competir economicamente com as outras fontes de energia não renováveis. A China é, notoriamente, o principal produtor de energia hidroelétrica do mundo, seguida do Canadá, EUA, Brasil e Rússia.

Em Portugal, a capacidade instalada em outubro de 2018 é de 7.108 MW.

2. Atividade da entidade

A evolução da sociedade no caminho da sustentabilidade, nomeadamente, através da adoção de medidas de combate às alterações climáticas, como a produção de energia com base em fontes renováveis, continuou a aumentar, a nível global, a capacidade instalada no que diz respeito à produção de módulos fotovoltaicos. Assim, ao longo do tempo o custo dos módulos fotovoltaicos tem vindo a diminuir de forma sistemática, o que tem permitido melhorar os indicadores económicos dos projetos.

Neste contexto, o modelo de produção descentralizada, que privilegia a produção junto aos locais de consumo, tem vindo a crescer de forma sustentada, diminuindo assim a dependência das empresas em relação à evolução futura do custo da energia elétrica.

Em 2018 fomos também selecionados para a realização de alguns projetos públicos de referência, nomeadamente, a empreitada de construção da solução flutuante para o reservatório de Cuba Este, da EDIA, num projeto inovador no contexto nacional.

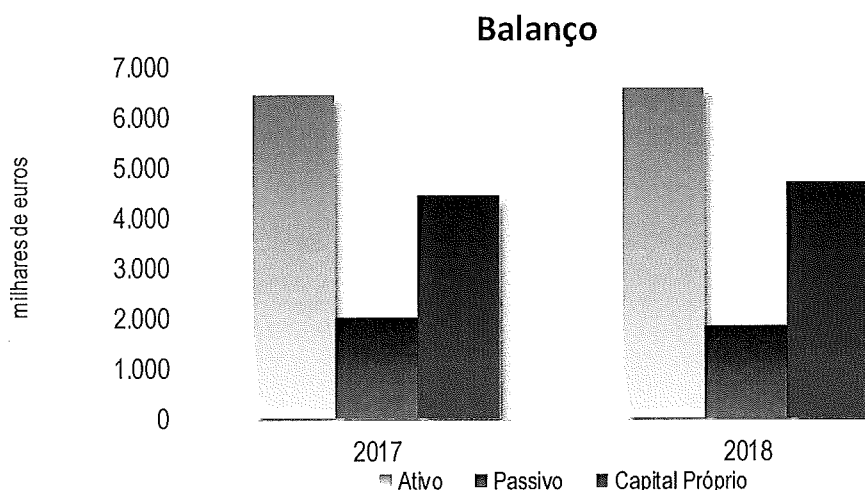
De salientar que, durante o ano de 2018, a dst solar manteve a certificação segundo o referencial ISO 14001 (Ambiente) e está na fase final de certificação segundo o referencial IOS 9001 (Qualidade). O ano de 2018 foi também o de consolidação do modelo de gestão da estratégia, baseado no *Balanced Scorecard*.

2.1. Análise económico-financeira

A entidade tem uma natureza eminentemente comercial e, como tal, o seu Ativo é maioritariamente corrente e reflete, essencialmente, os saldos a receber de Clientes (4,4M€), Outros créditos a receber (1,1M€) e os saldos de Caixa e depósitos bancários (716m€), que revelam a capacidade de liquidez financeira da entidade.

No final de 2018, o Capital Próprio da entidade ultrapassou os 4,7M€, o que representa um incremento de 282,2m€ face a 2017, decorrente do contínuo reforço e remuneração dos capitais próprios. Consequentemente, ressalta a melhoria do rácio de autonomia financeira, que se fixou nos 71,65%, o que evidencia a solidez financeira da entidade, em linha com evolução positiva dos períodos anteriores.

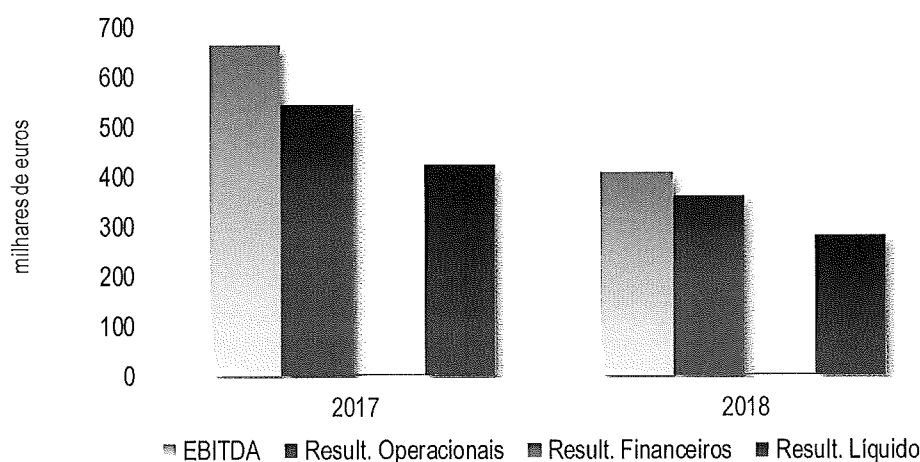
Com efeito, no período em análise, o Passivo da entidade evidenciou uma ligeira diminuição (-151,2m€), reflexo da redução dos financiamentos obtidos e de outras dívidas a pagar, em contrapartida verificou-se um aumento nos saldos de fornecedores e diferimentos. Sendo estas últimas rubricas as mais relevantes no lado do Passivo, Fornecedores apresenta um saldo de 990,3m€ no final do período de 2018 e o saldo dos Diferimentos é de 432,2m€.



No que concerne à atividade operacional da entidade em 2018, salienta-se, desde logo, o seu volume de negócios, cujo valor ascendeu a 4,2M€, resultado da eficiente estratégia comercial e da diversificação de serviços oferecidos pela dst solar. Em consonância, surgem como principais gastos operacionais, os Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (2,7M€), os gastos com Fornecimentos e serviços externos (755m€) e os Gastos com o pessoal (396,6m€).

No período em análise, a entidade levou a cabo diversas ações com vista à otimização da sua eficiência operacional, o que permitiu que o seu EBITDA se fixasse nos 408,4m€. Desta forma, o Resultado Líquido do Período foi positivo em 282,2m€, o que possibilitou o contínuo reforço e remuneração dos capitais próprios da entidade.

Demonstração dos Resultados



A análise dos indicadores económicos e financeiros da entidade reflete o seu bom momento e solidez financeira, conforme segue:

Descrição	2016	2017	2018
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	850.109	993.768	803.157
EBITDA*	530.701	663.607	408.394
EBITDA %	12,32%	12,63%	9,65%
Cash-Flow*	401.331	544.578	328.451
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	57,36%	68,74%	71,65%
Liquidez Geral	274,34%	327,90%	355,48%
Solvabilidade Total	134,51%	219,86%	252,76%
Indicadores de Rentabilidade			
Margem Bruta das Vendas	33,32%	36,08%	36,16%
Rentabilidade das Vendas	8,69%	8,08%	6,67%
Rentabilidade do Ativo Total	5,35%	6,57%	4,28%
Rentabilidade do Capital Próprio	9,32%	9,56%	5,98%
*Valores em euros			

No decurso da atividade desenvolvida em 2018, a entidade criou valor acrescentado bruto de 803,2m€ e a capacidade de gerar recursos (*cash flows*) foi positiva, tendo os meios libertos líquidos ascendido a 328,5m€, o que evidencia a sua capacidade de gestão no setor que opera.

Merece destaque a capacidade da entidade em aumentar o seu rácio de autonomia financeira no decurso de 2018, atingindo no final do período os 71,65%, o que reflete um aumento de 2,92 p.p. face a 2017. Os rácios de liquidez geral e de solvabilidade total apresentaram também níveis francamente positivos (355,48% e 252,76%, respetivamente).

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

4. Perspetivas futuras

Em 2019 temos como objetivo aumentar substancialmente o volume de faturação e a potência instalada, considerando também a carteira comercial atual. O mercado tem vindo a crescer de forma sustentada e perspetivamos manter a nossa quota de mercado ao longo do próximo ano.

Para 2019, a dst solar pretende continuar a consolidar-se como uma empresa de referência no âmbito do setor solar fotovoltaico, através da ação em vários eixos:

1. Consolidação como empresa líder de mercado e comunicação para o mercado dos principais projetos em execução em cada momento, através do plano de comunicação e marketing;
2. Consolidação e alargamento da rede comercial através do estabelecimento de protocolos com empresas de base comercial;
3. Procura de melhoria contínua na produção de modo a garantir melhorias dos resultados operacionais;
4. Alargamento e consolidação da atividade de manutenção e operação, oferecendo ao mercado um leque de serviços mais abrangente.
5. Entrada no segmento de Baixa Tensão, com uma oferta diferenciada para os clientes do setor residencial, integrando soluções de monitorização em tempo real.

5. Ações próprias

No decurso do período de 2018 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2018, a sociedade não detinha ações próprias.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2018 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2018 positivo, no valor de 282.219,99€ (duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e dezanove euros e noventa e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	14.111,00€
Resultados Transitados.....	268.108,99€

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

Porque as modalidades práticas da saída do Reino Unido da União Europeia - *Brexit* -, bem como as eventuais disposições transitórias relacionadas ainda não estão claramente definidas, existe, por esta altura, alguma incerteza quanto ao impacto que os efeitos do *Brexit* podem provocar na economia em geral e nas empresas em particular. Embora não diretamente exposta ao mercado do Reino Unido, e porque se trata de um acontecimento de efeito global, poderá existir algum risco colateral e conjuntural para a Entidade. Contudo, o Conselho de Administração entende que a Entidade não será afetada de forma significativa pelos efeitos do *Brexit* e, como tal, considera não existir risco de negócio, operacional e financeiro daí decorrente.



10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

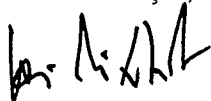
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 29 de março de 2019.

12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Braga, 29 de março de 2019

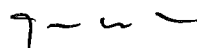
O Conselho de Administração,



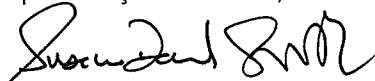
José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*



Avelino Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



Joaquim Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



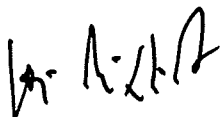
Susana Daniela Simões da Silva Braga; *Vogal executivo*

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

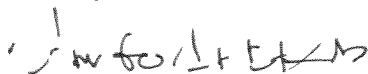
Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2018, os membros do Conselho de Administração e de fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade.

Braga, 29 de março de 2019

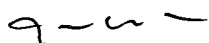
O Conselho de Administração,



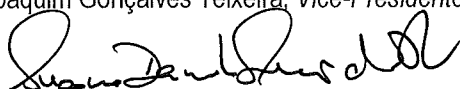
José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*



Avelino Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



Joaquim Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



Susana Daniela Simões da Silva Braga; *Vogal executivo*



C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente executivo: José Gonçalves Teixeira

Vice-Presidente não executivo: Avelino Gonçalves Teixeira

Vice-Presidente não executivo: Joaquim Gonçalves Teixeira

Vogal executivo: Susana Daniela Simões da Silva Braga

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Susana Daniela Simões da Silva Braga

Secretário: Catarina Mendes Amaro

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

D) Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

		Unidade monetária: euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 e 7	59.518,19	60.643,26
Ativos intangíveis	8	-	-
Outros investimentos financeiros	9	2.261,28	1.432,64
Ativos por impostos diferidos	19	11.167,80	8.346,98
		72.947,27	70.422,88
Ativo corrente			
Inventários	10	231.639,25	225.548,90
Clientes	11	4.375.981,14	4.219.520,97
Estado e outros entes públicos	13	62.511,77	43.576,54
Outros créditos a receber	12	1.126.601,47	1.165.819,40
Diferimentos	14	2.522,70	6.167,11
Outros ativos financeiros	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	716.002,20	726.088,59
		6.515.258,53	6.386.721,51
Total do ativo		6.588.205,80	6.457.144,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	500.000,00	500.000,00
Reservas legais		78.819,02	78.819,02
Resultados transitados		3.859.567,88	3.435.106,99
Resultado líquido do período		282.219,99	424.460,89
Total do capital próprio		4.720.606,89	4.438.386,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7 e 16	34.777,66	71.011,81
		34.777,66	71.011,81
Passivo corrente			
Fornecedores	17	990.274,31	652.576,34
Estado e outros entes públicos	13	17.301,20	13.281,18
Financiamentos obtidos	7 e 16	58.509,53	414.192,43
Outras dívidas a pagar	18	334.538,21	741.064,13
Diferimentos	14	432.198,00	126.631,60
		1.832.821,25	1.947.745,68
Total do passivo		1.867.598,91	2.018.757,49
Total do capital próprio e do passivo		6.588.205,80	6.457.144,39

Braga, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

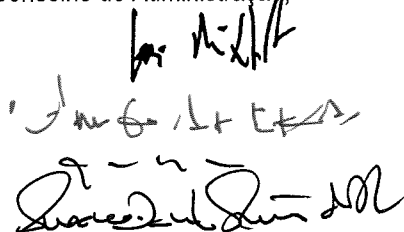
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	20	4.230.048,61	5.253.248,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(2.700.574,98)	(3.357.633,48)
Fornecimentos e serviços externos	21	(754.994,32)	(916.503,87)
Gastos com o pessoal	22	(396.593,02)	(329.645,33)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(16.714,78)	(97.075,11)
Outros rendimentos	23	45.612,75	25.300,34
Outros gastos	24	(15.105,31)	(11.158,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		391.678,95	566.532,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(29.515,80)	(23.042,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		362.163,15	543.489,76
Juros e rendimentos similares obtidos	25	14.441,61	24.375,92
Juros e gastos similares suportados	26	(10.339,11)	(24.196,96)
Resultado antes de impostos		366.265,65	543.668,72
Imposto sobre o rendimento do período		(84.045,66)	(119.207,83)
Resultado líquido do período		282.219,99	424.460,89
Resultado por ação básico		0,56	0,85

Braga, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração,



A Contabilista Certificada n.º 55854,



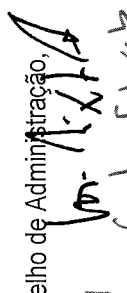
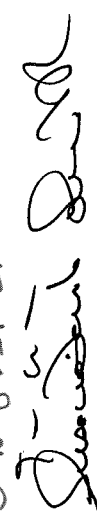
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2018

Unidade monetária: euros

DESCRICÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2018		500.000,00	78.819,02	3.435.106,99	424.460,89	4.438.386,90
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2017		-	-	424.460,89	(424.460,89)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
		-	-	424.460,89	(424.460,89)	-
Resultado líquido do período					282.219,99	282.219,99
Resultado integral					282.219,99	282.219,99
Operações com detentores de capital no período						
		-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2018		500.000,00	78.819,02	3.859.567,88	282.219,99	4.720.606,89

Braga, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2017

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2017		50.000,00	78.819,02	3.510.900,01	374.206,98	4.013.926,01
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2016		-	-	374.206,98	(374.206,98)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período				374.206,98	(374.206,98)	-
Resultado integral					424.460,89	424.460,89
					424.460,89	424.460,89
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações		450.000,00	-	(450.000,00)	-	-
		450.000,00	-	(450.000,00)	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2017		500.000,00	78.819,02	3.435.106,99	424.460,89	4.438.386,90

Braga, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração,

por Alexandre
T-UT
João Carlos

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susane Queiroz

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

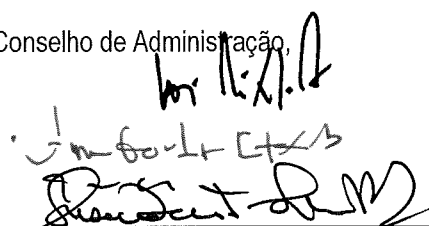
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		5.982.803,20	5.982.803,20
Pagamentos a fornecedores		(4.434.734,31)	(4.434.734,31)
Pagamentos ao pessoal		(327.516,49)	(327.516,49)
Caixa gerada pelas operações		1.220.552,40	1.220.552,40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(98.102,37)	(98.102,37)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		1.122.450,03	1.122.450,03
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(46.165,58)	(33.582,25)
Ativos intangíveis		(500,00)	(500,00)
Investimentos financeiros		(737,92)	(737,92)
Financiamentos concedidos		(578.411,03)	(578.411,03)
		(625.814,53)	(613.231,20)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		14.209,35	1.626,02
Investimentos financeiros		7.500,00	7.500,00
Juros e rendimentos similares		63.951,15	63.951,15
		85.660,50	73.077,17
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		(540.154,03)	(540.154,03)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		194.255,98	194.255,98
		194.255,98	194.255,98
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(821.535,28)	(821.535,28)
Juros e gastos similares		(24.744,11)	(24.744,11)
		(846.279,39)	(846.279,39)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(652.023,41)	(652.023,41)
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		(69.727,41)	(69.727,41)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	795.816,00	795.816,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	726.088,59	726.088,59

Braga, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração,



A Contabilista Certificada n.º 55854,



Anexo em 31 de dezembro de 2018

1. Identificação da entidade

Designação entidade: dst solar, s.a.

Sede Social: Rua de Pitancinhos – Palmeira - Braga

Data da Constituição: 5 de junho de 2009

N.º Contribuinte: 509 014 763

C.A.E.: 27900 - Fabricação de outro equipamento elétrico

Designação da empresa-mãe: dst - sgps, s.a

Sede da empresa-mãe: Rua de Pitancinhos – Palmeira - Braga

Natureza da atividade: Comercialização e instalação de painéis fotovoltaicos. Promoção, construção e exploração de centrais produtoras de energia. Gestão sustentável dos recursos energéticos; promoção da eficiência energética, auditorias e certificação energética de edifícios; instalação de sistemas ou equipamentos de elevada eficiência energética; instalação de sistemas para aquecimento e/ou arrefecimento utilizando fontes renováveis de energia ou sistemas híbridos; instalação de sistemas de gestão de energia ou da redução da fatura energética; instalação ou melhoria de sistemas de produção autónoma de energia elétrica a partir de fontes de energia renovável e de sistemas de produção combinada; serviços e soluções integrados e completos de gestão de energia, maximização dos recursos energéticos e redução de custos de energia com base no desempenho.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de "entidades" para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma média empresa, pelo que mantém a aplicação das NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos", "Outros créditos a receber" ou "Outras dívidas a pagar".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras



3.2.1. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da entidade) são reconhecidas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários reconhecidos ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários reconhecidos ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio, positivas ou negativas, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são reconhecidas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do período na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

3.2.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas

mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Equipamento básico	4 a 5	20 a 25
Equipamento de transporte	4	25
Outros ativos fixos tangíveis	8	12,5

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Programas de computador	3	33,33

As mais e as menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.4. Participações financeiras

a) Outros investimentos financeiros

A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente participações inferiores a 20% do capital social, e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

De acordo com o modelo do custo, as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por eventuais perdas por imparidade.

A entidade utiliza o modelo de justo valor nas participações financeiras em entidades cotadas em mercado regulamentado, cujo justo valor é possível de ser obtido e determinado de forma fiável.

3.2.5. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda líquido dos custos a suportar com a sua alienação), utilizando-se o FIFO (*"First in, first out"*) como fórmula de custeio.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido (se este for inferior). Os custos de produção englobam o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando existem indícios de que as perdas por imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são reconhecidos no período de reporte do respetivo rédito.

3.2.6. Locações

A classificação dos contratos de locação em locações operacionais ou financeiras, é efetuada atendendo à substância dos contratos e não à sua forma. Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Locações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos de acordo com o disposto na NCRF 9 - Locações. De acordo com este método, o custo do ativo é reconhecido como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é reconhecida no passivo, e os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos como

gastos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

3.2.7. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.8. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread;
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Adiantamentos a fornecedores

Estes saldos são reconhecidos pelo respetivo custo deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



Letras descontadas

A entidade desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a entidade retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, reconhecendo no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os "encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



3.2.11. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e, nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.12. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.13. Imposto sobre o rendimento

A entidade está incluída no regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), pelo que o imposto sobre o rendimento do período é reconhecido por contrapartida de Acionistas e não pela rubrica "Estado e Outros Entes Públicos". No RETGS, o lucro tributável do grupo é calculado pela sociedade dominante, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das sociedades pertencentes ao grupo, corrigidos dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontrem incluídos nas bases tributáveis individuais.

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2015 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.



As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contábilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	3.928,24	4.168,74
Depósitos bancários	61.289,99	71.379,84
Outros depósitos bancários	650.783,97	650.540,01
Total de caixa e depósitos bancários	716.002,20	726.088,59

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
dst energias renováveis, sgps, s.a.	100%

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	31.12.2018	31.12.2017
Empresas do grupo		
blu, s.a.	-	468,92
domingos da silva teixeira, s.a.	(9.333,57)	5.064,83
dst - sgps, s.a.	881.595,12	1.137.263,94
dst center, s.a.	(5.875,70)	(3.912,63)
dstelecom, s.a.*	-	191,88
dte, instalações especiais, s.a.	70.329,76	(56,65)
global sun, s.a.	(7,80)	1.148,80
	936.707,81	1.140.169,09
Empresas associadas		
dstelecom, s.a.*	837,90	-
	837,90	-
	937.545,71	1.140.169,09

* Alteração de perímetro de consolidação em 2018

Durante o período de 2018, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2018				
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos	Outros rendimentos
Empresas do grupo					
domingos da silva teixeira, s.a.	68.131,71	(3.039,82)	(114.678,77)	-	29.998,55
dst - sgps, s.a.	-	-	-	14.116,32	-
dst center, s.a.	-	-	(92.691,50)	-	-
dte, instalações especiais, s.a.	239.856,97	-	(71.172,58)	-	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	-	(4.490,00)	-	-
	<u>307.988,68</u>	<u>(3.039,82)</u>	<u>(283.032,85)</u>	<u>14.116,32</u>	<u>29.998,55</u>
Empresas associadas					
distelecom, s.a.	837,90	-	-	-	-
	<u>837,90</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>308.826,58</u>	<u>(3.039,82)</u>	<u>(283.032,85)</u>	<u>14.116,32</u>	<u>29.998,55</u>

Durante o período de 2017, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2017				
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos	Outros rendimentos
Empresas do grupo					
bysteel, s.a.	10.775,00	-	-	-	-
domingos da silva teixeira, s.a.	20.543,73	(705,99)	(47.782,61)	-	18.429,61
dst - sgps, s.a.	-	-	-	23.522,57	-
dst center, s.a.	-	-	(105.873,30)	-	-
dstelecom, s.a.	4.862,10	-	-	-	-
dte, instalações especiais, s.a.	5.503,48	(788,55)	-	-	-
global sun, s.a.	-	(4.794,00)	-	-	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	-	(9.903,47)	-	-
	41.684,31	(6.288,54)	(163.559,38)	23.522,57	18.429,61

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no período das suas funções durante o período de 2018 foram 2.952 euros (IVA incluído) e respeitam exclusivamente aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2018, pode ser analisada como segue:

Descrição	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	13.961,24	174.760,25	9.183,58	16.549,58	214.454,65
2 Depreciações acumuladas iniciais	12.194,03	117.020,49	9.183,58	15.413,29	153.811,39
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1.767,21	57.739,76	-	1.136,29	60.643,26
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(640,11)	(188,23)	-	(296,73)	(1.125,07)
5.1 Total das adições	-	25.837,40	2.053,33	500,00	28.390,73
Aquisições em 1.ª mão	-	25.837,40	2.053,33	500,00	28.390,73
5.2 Total das diminuições	640,11	26.025,63	2.053,33	796,73	29.515,80
Depreciações	640,11	26.025,63	2.053,33	796,73	29.515,80
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1.127,10	57.551,53	-	839,56	59.518,19

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2017, pode ser analisada como segue:

Descrição	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	13.961,24	190.671,81	7.647,66	16.549,58	228.830,29
2 Depreciações acumuladas iniciais	11.020,20	146.354,73	7.647,66	14.983,19	180.005,78
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	2.941,04	44.317,08	-	1.566,39	48.824,51
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(1.173,83)	13.422,68	-	(430,10)	11.818,75
5.1 Total das adições	-	30.851,77	1.535,92	-	32.387,69
Aquisições em 1.ª mão	-	30.851,77	1.535,92	-	32.387,69
5.2 Total das diminuições	1.173,83	17.429,09	1.535,92	430,10	20.568,94
Depreciações	1.173,83	17.429,09	1.535,92	430,10	20.568,94
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1.767,21	57.739,76	-	1.136,29	60.643,26

Nos períodos de 2018 e de 2017, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018			2017		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total
Ativos fixos tangíveis	(29.515,80)	-	(29.515,80)	(20.568,94)	-	(20.568,94)
Ativos intangíveis	-	-	-	(2.473,50)	-	(2.473,50)
	(29.515,80)	-	(29.515,80)	(23.042,44)	-	(23.042,44)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Locações

A informação relativa às locações, com referência a 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Quantia escriturada, pagamentos do período e pagamentos futuros dos contratos de locação	Locações financeiras	
	Ativos fixos tangíveis	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	105.408,69	105.408,69
2 Amortizações/Depreciações acumuladas	22.769,03	22.769,03
3 Perdas por imparidade e reversões	-	-
4 Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	82.639,66	82.639,66
5 Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:	59.837,96	59.837,96
5.1 Até um ano	25.060,30	25.060,30
5.2 De um a cinco anos	34.777,66	34.777,66
6 (6 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	-	-

A informação relativa às locações, com referência a 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Quantia escriturada, pagamentos do período e pagamentos futuros dos contratos de locação		Locações financeiras	
		Ativos fixos tangíveis	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	79.571,29	79.571,29
2	Amortizações/Depreciações acumuladas	22.769,03	22.769,03
3	Perdas por imparidade e reversões	-	-
4	Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	56.802,26	56.802,26
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:	57.557,06	57.557,06
5.1	Até um ano	19.892,82	19.892,82
5.2	De um a cinco anos	37.664,24	37.664,24

8. Ativos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2018, pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	24.182,00	24.182,00
5 Amortizações acumuladas iniciais	24.182,00	24.182,00
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	-	-
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	-	-
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	-	-

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2017, pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	23.682,00	23.682,00
5 Amortizações acumuladas iniciais	21.708,50	21.708,50
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	1.973,50	1.973,50
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	(1.973,50)	(1.973,50)
8.1 Total das adições	500,00	500,00
Aquisições em 1.ª mão	500,00	500,00
8.2 Total das diminuições	2.473,50	2.473,50
Amortizações	2.473,50	2.473,50
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	-	-

9. Outros investimentos financeiros

As variações na rubrica "Outros investimentos financeiros", com referência ao período de 2018, são as seguintes:

Descrição	Outros investimentos financeiros	Total
Outros Métodos:		
Quantia bruta escriturada inicial	1.432,64	1.432,64
Quantia líquida escriturada inicial	1.432,64	1.432,64
Movimentos do período:	828,64	828,64
Outras aquisições	828,64	828,64
Quantia líquida escriturada final	2.261,28	2.261,28

As variações na rubrica "Outros investimentos financeiros", com referência ao período de 2017, são as seguintes:

Descrição	Outros investimentos financeiros	Total
Outros Métodos:		
Quantia bruta escriturada inicial	8.194,72	8.194,72
Quantia líquida escriturada inicial	8.194,72	8.194,72
Movimentos do período:	(6.762,08)	(6.762,08)
Outras aquisições	737,92	737,92
Alienações	7.500,00	7.500,00
Quantia líquida escriturada final	1.432,64	1.432,64

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	109,74	109,74
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	231.529,51	225.439,16
	231.639,25	225.548,90

O movimento ocorrido na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" durante o período de 2018 foi como segue:

Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais	109,74	225.439,16	225.548,90
2 Compras	4,78	2.706.660,55	2.706.665,33
3 Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
4 Inventários finais	109,74	231.529,51	231.639,25
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5 = 1+ 2 + 3 - 4)	4,78	2.700.570,20	2.700.574,98

O movimento ocorrido na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" durante o período de 2017 foi como segue:

Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais	877,92	136.839,25	137.717,17
2 Compras	-	3.445.465,21	3.445.465,21
3 Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
4 Inventários finais	109,74	225.439,16	225.548,90
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5 = 1+ 2 + 3 - 4)	768,18	3.356.865,30	3.357.633,48

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Clientes c/c	4.358.522,76	4.215.657,88
Clientes c/ caução	17.458,38	3.863,09
Clientes de cobrança duvidosa	141.240,89	143.626,11
	<u>4.517.222,03</u>	<u>4.363.147,08</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(141.240,89)	(143.626,11)
	<u>4.375.981,14</u>	<u>4.219.520,97</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Reclamadas judicialmente	122.364,11	141.464,11
Em mora	18.876,78	2.162,00
	141.240,89	143.626,11

Nos períodos de 2018 e de 2017, a rubrica "Imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018			2017		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	(16.789,78)	75,00	(16.714,78)	(97.075,11)	-	(97.075,11)
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-	-
Total	(16.789,78)	75,00	(16.714,78)	(97.075,11)	-	(97.075,11)

12. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	240.580,19	20.919,09
	240.580,19	20.919,09
Adiantamentos a fornecedores	3.716,39	6.522,71
Outros devedores	882.304,89	1.138.377,60
	1.126.601,47	1.165.819,40

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	62.511,77	43.576,54
	62.511,77	43.576,54
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimento	4.441,83	3.560,93
Contribuições para a Segurança Social	12.859,37	9.720,25
	17.301,20	13.281,18

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Gastos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	2.485,19	5.704,67
Seguros	37,51	462,44
	2.522,70	6.167,11
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	432.198,00	126.631,60
	432.198,00	126.631,60

15. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 500.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de um euro, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Financiamentos obtidos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Passivo não corrente		
Empréstimos de médio e longo prazo	-	33.347,57
Locações financeiras	34.777,66	37.664,24
	34.777,66	71.011,81
Passivo corrente		
Empréstimos de curto prazo	33.449,23	394.299,61
Locações financeiras	25.060,30	19.892,82
	58.509,53	414.192,43

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores c/c	761.276,72	459.624,48
Fornecedores - títulos a pagar	206.547,18	181.368,81
Fornecedores - faturas em conferência	17.520,79	6.653,43
Fornecedores c/ caução	4.929,62	4.929,62
	990.274,31	652.576,34

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	17.891,93	17.221,94
Fornecedores de investimentos	1.948,31	-
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	3.133,50	2.701,93
Remunerações a pagar	54.426,10	47.264,78
Fornecimentos e serviços externos	20.394,69	33.222,61
Outros acréscimos de gastos	-	103,71
	<u>77.954,29</u>	<u>83.293,03</u>
<i>Confirming</i>	138.155,71	494.988,60
Acionistas/sócios	86.785,15	120.569,17
Outros	11.802,82	24.991,39
	<u>334.538,21</u>	<u>741.064,13</u>

Na rubrica acionistas/sócios encontra-se reconhecido o valor do imposto sobre o rendimento a pagar ao acionista no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), no qual a entidade está incluída.

19. Ativos e passivos por impostos diferidos

As variações na rubrica "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2018, são as seguintes:

	01.01.2018		Variação		31.12.2018	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Ativos por impostos diferidos						
Imparidade de clientes	31.545,44	8.346,98	12.536,99	2.820,82	44.082,42	11.167,80
	<u>31.545,44</u>	<u>8.346,98</u>	<u>12.536,99</u>	<u>2.820,82</u>	<u>44.082,42</u>	<u>11.167,80</u>
Não Corrente		8.346,98				11.167,80
Corrente		-				-

As variações na rubrica "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2017, são as seguintes:

	01.01.2017		Variação		31.12.2017	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Ativos por impostos diferidos						
Imparidade de clientes	25.603,25	6.772,30	5.942,19	1.574,68	31.545,44	8.346,98
	<u>25.603,25</u>	<u>6.772,30</u>	<u>5.942,19</u>	<u>1.574,68</u>	<u>31.545,44</u>	<u>8.346,98</u>
Não Corrente		6.772,30				8.346,98
Corrente		-				-

20. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2018 e de 2017, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018			2017		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	33.011,68	-	33.011,68	18.697,45	-	18.697,45
Serviços prestados	4.197.036,93	-	4.197.036,93	5.232.360,06	2.190,74	5.234.550,80
	4.230.048,61	-	4.230.048,61	5.251.057,51	2.190,74	5.253.248,25

21. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Subcontratos	346.253,52	597.437,30
Eletricidade	13,93	110,17
Combustíveis	40.270,57	30.049,01
Ferramentas	5.390,78	1.539,70
Material escritório	861,87	1.026,99
Rendas e alugueres	96.752,57	40.898,33
Despesas de representação	507,01	264,10
Comunicação	7.750,75	5.456,15
Seguros	26.524,96	24.411,19
Transporte de mercadorias	300,00	1.011,30
Deslocações e estadas	7.498,39	9.198,21
Contencioso e notariado	2.646,25	1.547,25
Conservação e reparação	54.124,55	31.879,29
Publicidade e propaganda	11.821,27	9.152,03
Limpeza, higiene e conforto	204,00	-
Vigilância e segurança	1.821,99	1.026,03
Trabalhos especializados	108.239,53	125.544,16
Licenças de software	17.643,91	8.338,95
Portagens	20.861,88	16.753,69
Outros FSE	5.506,59	10.860,02
	754.994,32	916.503,87

22. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

22.1. Pessoas ao serviço

	2018	2017
Administradores	4	4
Empregados	16	15
	20	19

22.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Remunerações do pessoal	324.805,72	274.967,50
Encargos sobre remunerações	63.203,38	51.002,31
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.893,10	1.844,72
Gastos de ação social	824,46	219,85
Formação	838,17	337,56
Seguros de saúde e de vida	1.752,23	1.248,39
Outros gastos com pessoal	3.275,96	25,00
	396.593,02	329.645,33

23. Outros rendimentos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Rendimentos suplementares	30.130,59	18.429,61
Alienações de investimentos não financeiros	3.252,04	1.626,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.647,08	3.167,07
Outros rendimentos	7.583,04	2.077,64
	45.612,75	25.300,34

24. Outros gastos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Impostos e taxas	1.453,18	3.772,53
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,42
Quotizações	450,00	450,00
Insuficiência de estimativa para impostos	6.309,19	-
Gastos com garantias bancárias	4.996,69	5.187,01
Gastos com <i>factoring</i>	156,00	-
Gastos com <i>confirming</i>	163,80	129,09
Multas e penalidades	25,00	100,00
Danos a terceiros	323,70	-
Serviços bancários	1.202,78	1.155,32
Outros gastos	24,97	364,23
	15.105,31	11.158,60

25. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Juros de empréstimos concedidos	14.116,32	23.522,57
Juros de depósitos	325,29	853,35
	14.441,61	24.375,92

26. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Juros de empréstimos bancários	9.606,09	23.454,07
Juros de <i>leasing</i>	729,10	611,44
Juros de <i>confirming</i>	-	130,76
Juros de mora e compensatórios	3,92	0,69
	10.339,11	24.196,96

27. Compromissos da entidade por garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, a entidade possuía garantias bancárias para substituição das cauções junto das entidades adjudicatárias no valor de 283.385,32 e 244.124,75 euros, a saber:

Nacionais em euros	2018	2017
BPI	52.782,30	-
CGD	230.603,02	244.124,75
TOTAL	283.385,32	244.124,75

28. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2018) e a data de autorização para a sua emissão (29 de março de 2019), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

29. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

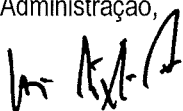
Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

30. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

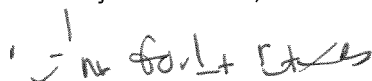
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 29 de março de 2019.

Braga, 29 de março de 2019

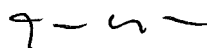
O Conselho de Administração,



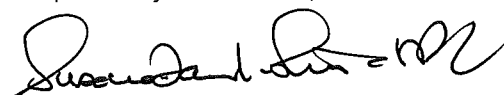
José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*



Avelino Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



Joaquim Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



Susana Daniela Simões da Silva Braga; *Vogal executivo*

A Contabilista Certificada n.º 55854,



Susana Maria Macedo Queirós

E) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da DST SOLAR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.588.205,80 euros e um total de capital próprio de 4.720.606,89 euros, incluindo um resultado líquido do período de 282.219,99 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da DST SOLAR, S.A., em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos Independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Regista no GROC n.º 148 | Regista no C.I.N.V.M n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.600 euros
Membro do ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmmstrac.pt

Escritórios

Pólo de Hagódois da Braga - Edifício A
Av. D. João II, n.º 434, 4.º Piso, Escalão 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 5 de abril de 2019.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 051 943 | Capital Social 5 000 euros
 Membro da ABG & Associações - SROC ACC
 gpm@jmmrocc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404 - 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade DST SOLAR, S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.
 2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
 3. Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas em 5 de abril de 2019, com opinião não modificada e sem ênfases.
 4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,
- O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2018, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão; e
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 5 de abril de 2019.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 501 951 943 | Capital Social 6 000 euros
 Membro da ABC & Associados - SROC ACE
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo do Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escalão 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Jmm

Av. 31 de Janeiro, n.º 31 H/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 051 F(+351) 253 213 759